

ANPUH – 2013

ST: Relações Políticas e Conexões Culturais na América Portuguesa do Período Filipino

Coord: Ana Paula Torres Megiani; Kalina Vanderlei Paiva da Silva

Redesenhando fronteiras, ampliando jurisdições: O Rio de Janeiro no período filipino.

Maria Fernanda Bicalho
Universidade Federal Fluminense

Fundada em 1565, após o fracasso da França Antártica e a expulsão dos franceses, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro assumiu um papel central na formação, defesa, administração e governo dos territórios lusos no Atlântico sul. Embora secundária na produção açucareira, e marginal às principais rotas de comercialização do açúcar no Atlântico, sua posição geográfica e estratégica era excepcional. De acordo com C. R. Boxer, seguido por Luiz Felipe de Alencastro, a posição meridional da capitania do Rio de Janeiro lhe conferiu, durante todo o século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas no estuário do rio da Prata e os enclaves negreiros na África. Os comerciantes luso-fluminenses, participando ativamente do tráfico negreiro, tinham acesso privilegiado aos portos da região platina, conseguindo abocanhar algum quinhão das riquezas do Potosi.¹

Salvador Correa de Sá e Benevides, inúmeras vezes governador do Rio de Janeiro, comandante da armada que em 1648 reconquistaria Angola dos holandeses, e membro do Conselho Ultramarino, foi um dos responsáveis pela montagem do triângulo comercial Rio de Janeiro – Luanda – Buenos Aires. Não é à toa que, ainda na década de 1640, ele insistisse com D. João IV sobre a conveniência da colonização das terras do

¹ BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora de Universidade de São Paulo, 1973; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2

sul, entre São Vicente e o Rio da Prata.² Esta comunicação abordará a atuação de Salvador Correia de Sá e Benevides à frente do governo e da administração de uma vasta área – territorial e atlântica – do império português.

Ao longo do século XVII a cidade do Rio de Janeiro se tornou pólo central e estratégico das grandes questões geopolíticas da monarquia portuguesa. A história do expansionismo fluminense tem suas raízes fincadas tanto no que se refere às problemáticas imperiais quanto às vicissitudes internas ao território colonial. O governo do Rio de Janeiro ganhou proeminência na América Portuguesa por ter se tornado o epicentro de gestão das *capitanias de baixo*, porto de entrada e de ligação entre África, Europa e o lucrativo mercado no interior do continente americano. Durante a União Ibérica forjaram-se conexões mercantis intercoloniais que fizeram afluir para a região mercadorias, prata e mão de obra escrava, provenientes do tráfico negreiro e da ação dos peruleiros.³ De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, o triângulo Rio – Luanda – Buenos Aires era regulado por consórcios familiares, nos quais se destacaram os Correia de Sá. Todavia, a centralidade do Rio de Janeiro não era um dado natural, ou um projeto pré-concebido desde os primórdios da fundação da cidade. Foi produto de um longo processo e da complexa dinâmica imperial, principalmente após a Restauração portuguesa (1640).

² Sobre a Colônia do Sacramento, cf. ALMEIDA, Luis Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; PRADO, Fabrício P. *Colônia do Sacramento. O extremo-sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002; POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2006.

³ Muitos eram os responsáveis pelo povoamento da América Portuguesa e seu processo de interiorização: os bandeirantes, os “caranguejos”, como eram chamados os ocupantes das regiões litorâneas, os jesuítas, e ainda os peruleiros, comerciantes luso-brasileiros que adentravam o território, comerciando com cidades da América espanhola. Seu principal objetivo era atingir a Vila Imperial de Potosí, grande centro de mineração de prata que, devido à infertilidade de suas terras, dependia de redes de abastecimento externo. Uma de suas principais fornecedoras era a província de Tucumán, na encosta oriental dos Andes, que concentrava uma série de atividades como produção agrícola e criação de gado. Tucumán era uma importante praça comercial, tanto de produtos locais, como de mercadorias fornecidas por luso-brasileiros, em sua maioria proveniente do Rio de Janeiro, que, entrando por Buenos Aires, chegava a Potosí. Cf. ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 199; CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas. A participação luso-brasileira na constituição Social de Buenos Aires (c.1580-c.1650)*. Niterói: PPGH – UFF, 2008 (tese de doutorado inédita).

3

Salvador Correia de Sá e Benevides foi nomeado governador pela primeira vez entre 1637 e 1643.⁴ Por concentrar em sua família, e principalmente sob seu controle, uma série de atividades comerciais em torno de uma região sobre a qual deteve ampla jurisdição, proporcionou o desenvolvimento do até então inexplorado potencial da praça comercial fluminense e, conseqüentemente, sua centralidade no Atlântico Sul. Salvador de Sá teve a capacidade de congrega, a partir de seu governo, interesses privados seus e de seus aliados, assim como os da Coroa, baseados no tráfico negreiro, no mercado da prata e no processo de interiorização da colonização que abarcava São Paulo e os sertões auríferos. Grandes pretensões e serviços ao rei que iriam futuramente ser remunerados com sua nomeação de Governador e Capitão-General da Repartição do Sul.

Entre 1637 e 1638, nos anos finais da União Ibérica (1580-1640), o padre Ruiz Montoya, que esteve no Rio de Janeiro, afirmou não ter encontrado ali mais do que “*um canto de arrabalde de sua cidade natal*”, Lima, capital do vice-reino do Peru.⁵ Diante das investidas holandesas que desde a década de 1620 se faziam freqüentes no Atlântico – em 1624 invadiram a Bahia e em 1630 tomaram Pernambuco – a prioridade do rei em Castela era proteger e resguardar as capitanias do nordeste, sobretudo a Bahia, sede do governo-geral. Não foi à toa que àquela época o reforço enviado de Lisboa para a defesa do Rio de Janeiro se reduziu a um único navio, “*o Nossa Senhora da Penha de França, que partiu de 1624 sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, transportando oitenta homens e pequena quantidade de armas e munições*”.⁶ Apesar da posição da cidade ser considerada secundária nos cálculos da Monarquia Hispânica, seus governantes, assim como seus moradores, não deixaram de demonstrar sua

⁴ Salvador Correia de Sá e Benevides recebeu ainda muito jovem, em 1618, o hábito da Ordem de Santiago e, posteriormente, o da Ordem de Cristo. Em 1627 foi nomeado Alcaide-Mor da cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de sua vitória num confronto com navios holandeses na costa do Espírito Santo. Casou-se, em 1631, com uma rica *criolla* viúva, Dona Catalina de Ugarte y Velasco, herdeira de grande prestígio, detentora de grandes latifúndios. Por meio deste casamento, Salvador de Sá passou a controlar extensas propriedades na região de Tucumã, província que abastecia Potosí, centro das atividades comerciais dos peruleiros e produtora de grandes quantidades de prata. Nomeado governador do Rio de Janeiro por três vezes (entre 1637 e 1643; de janeiro a maio de 1648; e, novamente, entre 1660 e 1662), foi igualmente governador de Angola (1648-1652) e recebeu, em 1643, a patente de General das Frotas do Brasil. A partir de 1658 tornou-se Governador e Capitão-General da Repartição Sul.

⁵ BOXER, *op. cit.*, p 126.

⁶ *Idem*, p 72.

4

prodigalidade em auxiliar, com reconhecida bravura e muitos cabedais, os interesses da Coroa. Esta, incapaz de suprir com seus próprios recursos o combate às invasões, dependeu inúmeras vezes dos esforços provenientes do Rio de Janeiro.

Em 1625, o governador em exercício, Martim de Sá, convocou seu filho, Salvador Correia de Sá e Benevides, para ajudar no cerco aos holandeses na Bahia. Foi durante a travessia entre o Rio de Janeiro e a então capital do Estado do Brasil que Salvador de Sá encontrou, na altura do Espírito Santo, quatro navios inimigos comandados por Piet Heyn. O ataque que desencadearam contra as forças luso-brasileiras foi desastroso e Piet Heyn perdeu ali duas vezes mais homens do que no cerco à Bahia, no ano anterior. Para C. R. Boxer, isso se deveu à “*destreza dos índios arqueiros que Salvador de Sá trouxera consigo dos aldeamentos fundados pelos jesuítas nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente*”.⁷

Na década seguinte, após a tomada de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais (1630), o Rio de Janeiro passou a ser visto com outros olhos pela Coroa, uma vez que as intenções da WIC, de ampliar suas conquistas na América portuguesa, se tornaram uma ameaça real. A partir de 1637, ano em que Salvador Correia de Sá e Benevides tomou posse, como governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, quanto maior o medo e a ameaça, maior a proeminência que a cidade assumia e maior o poder conquistado pela família Correia de Sá. De acordo com Boxer, Salvador de Sá exigiu desta vez trezentos homens para ajudar na guarnição do Rio de Janeiro, pedido satisfatoriamente atendido numa época em que a Monarquia Hispânica sofria com dívidas da guerra travada tanto em solo europeu quanto em seus domínios ultramarinos e imperiais.⁸

Ao ser informado da aclamação de D. João IV em 1640, Salvador de Sá ocupou-se de reportar a Lisboa a adesão do Rio de Janeiro e das *capitanias de baixo* à nova dinastia. Regressou a Portugal a fim de jurar fidelidade ao novo rei. Tão logo foi criado o Conselho Ultramarino (1642-1643), órgão dedicado a aconselhar o monarca sobre a política colonial, Salvador de Sá foi alçado à condição de conselheiro. Devido aos interesses que possuía no comércio intercolonial, tentou por diversas vezes ampliar sua

⁷ *Id. Ibidem*, p. 74.

⁸ *Id. Ibidem*, p 125.

5

jurisdição administrativa sobre o conjunto das *capitanias do sul*. Foi no período de reconstrução do império marítimo português, durante a Guerra dos Trinta Anos, que apresentou a D. João IV e ao Conselho Ultramarino uma série de projetos para a ampliação de seus poderes e consolidação da hegemonia de sua família na praça fluminense⁹. Dentre essas estratégias se encontra a sugestão de separação do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e das *capitanias de baixo* do controle do governo-geral na Bahia, cujo governador era, àquela época, Antônio Telles da Silva. Seu plano era fazer do Rio de Janeiro a capital da *Repartição Sul*, e ele próprio seu governador e capitão-general.

Segundo C. R. Boxer os argumentos utilizados por Salvador de Sá baseavam-se no perigo que corriam as terras ao sul da América portuguesa frente a uma possível invasão holandesa. A seu ver, o território americano era por demais extenso para ser administrado unicamente a partir da Bahia, pelo governador-geral. Para melhor defender e manter a integridade da região sul propunha uma nova divisão, além da que havia sido feita em 1621, quando se criou o Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Convinha, de acordo com seu alvitre, que a supervisão sobre as possessões meridionais da América portuguesa fosse concedida a um governador com inteira jurisdição, conhecedor do território e residente no Rio de Janeiro. Outro projeto submetido ao monarca foi o da fundação de uma nova capitania, a de Santa Catarina, entre São Vicente e o Rio da Prata, sobre a qual ele e seus herdeiros reivindicavam plena jurisdição.¹⁰

⁹ Salvador de Sá é também requisitado para se pronunciar sobre os problemas relativos à guerra e suas possíveis soluções. Dentre elas, a reabertura do lucrativo comércio entre Brasil e Buenos Aires, assim como a recuperação de Angola dos holandeses de modo a recuperar o então ameaçado tráfico negreiro. A seu ver, a cidade de Buenos Aires deveria ser ocupada, e uma fortificação construída para controlar a entrada de navios no Rio da Prata. O passo seguinte seria a abertura de uma nova rota para Potosi e, finalmente, a conquista da maior mina de prata espanhola. A tomada de Buenos Aires era estratégica para o Rio de Janeiro, pois a região platina era responsável por grande parte de seu suprimento em couros e gêneros alimentícios. Em relação à ocupação de Angola pelos holandeses em 1641, Salvador de Sá sugeriu a organização de uma expedição composta pela guarnição da Bahia e por forças paulistas para socorrer Luanda. Luiz Felipe de Alencastro aponta o interesse de Salvador de Sá em restabelecer o comércio da prata e o tráfico de escravos no porto de Buenos Aires. O Conselho de Guerra também se manifestou a favor da retomada do comércio entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, de modo a assegurar a obtenção da prata peruana. Cf. ALENCASTRO, *op cit.*, p. 224.

¹⁰ Em 1675, Salvador de Sá requereu a doação das terras entre Paranaguá e o Rio da Prata. De acordo com C. R. Boxer, é possível interpretar este pedido como a retomada de seu antigo projeto de criação da capitania de Santa Catarina. Em março de 1676, como recompensa a seus serviços, o príncipe regente D. Pedro concedeu possessões territoriais naquela região a seu filho, João Correia de Sá. BOXER, *op. cit.*, p. 391.

6

O plano de Salvador de Sá no que se refere à construção de uma nova divisão administrativa com sede no Rio de Janeiro não era de todo inédito. A denominada *Repartição Sul* foi criada pela primeira vez entre 1574 e 1578, estendendo-se ao norte até o limite setentrional da capitania de Porto Seguro; e uma segunda vez sob o governo de D. Francisco de Sousa (1608-1612), compreendendo o Espírito Santo e todas as capitanias meridionais. Salvador Correia de Sá e Benevides pretendia recuperar a jurisdição conferida a seu avô, Salvador Correia de Sá, *o velho*, que chefou inúmeras expedições em busca de índios, minas de ouro, prata e pedras preciosas. Correia de Sá, *o velho*, sobrinho de Mem de Sá, foi governador por duas vezes do Rio de Janeiro (1568-1571 e 1577-1598) tendo, posteriormente, governado Pernambuco (1601-1602). Em 1614, dotado de amplos poderes e privilégios, foi nomeado governador das *capitanias de baixo* com o objetivo de explorar potenciais jazidas de ouro e prata nos sertões adjacentes. Na tentativa de dar continuidade às atividades do avô, Salvador Correia de Sá e Benevides defendeu o projeto de exploração das minas de São Paulo. Todavia, seus intentos de autonomia administrativa do governo do Rio de Janeiro e de exploração das minas de São Paulo foram vetados. A decisão de D. João IV, com base nos pareceres do Conselho Ultramarino, garantiu-lhe plenos poderes sobre as *capitanias de baixo*, algumas ainda sob a jurisdição de donatários, somente em tempos de guerra.¹¹

Edval de Souza Barros destaca a importância conferida à defesa das *capitanias de baixo* e a proeminência da cidade do Rio de Janeiro no intenso debate encetado no Conselho Ultramarino e em suas deliberações no período de Restauração portuguesa, momento em que a cidade de Luanda, capital de Angola e grande porto exportador de escravos, foi conquistada pelos holandeses (1641-1648). Em 1646 a discussão referente à escolha de um novo governador para o Rio de Janeiro foi extenuante. A disputa entre parcialidades por maior *status* político – entre Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, e entre seus respectivos governadores; ou ainda entre os candidatos ligados aos interesses e às clientelas dos ministros do Conselho Ultramarino e dos governadores coloniais em exercício – levava a arbítrios divergentes sobre a escolha daquele que poderia

¹¹ BARROS, Edval de Souza. “Negócios de tanta importância”: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008, p. 300.

7

representar seus respectivos interesses no governo de uma capitania que pouco a pouco ganhava reconhecido destaque no Atlântico Sul.¹²

Com a saída do anterior governador, Francisco de Souto Maior (1644-1645), indicado pelo governador-geral Antônio Telles da Silva, e nomeado para capitanear a primeira expedição de reconquista de Angola, Salvador de Sá recomendou insistentemente seu tio, Duarte Correia Vasqueanes, para substituí-lo no governo do Rio. As constantes interferências do governador-geral visavam derrubar o poderio dos Correia de Sá. Apesar das oposições a esta poderosa família, o argumento da maioria dos conselheiros, tendo em vista a importância da praça do Rio de Janeiro, era o de que, para sua boa segurança, D. João IV fosse servido nomear como capitão-mor dela pessoa de toda satisfação e de muita prática na “*guerra do Brasil*”. Requeria-se do novo governador uma grande habilidade na prática administrativa devido à importância estratégica da cidade na conjuntura das guerras ultramarinas. O Conselho receava nomear uma vez mais Salvador de Sá para assumir o posto, contudo, pela falta de opção e pelo tempo já gasto sem a escolha de um novo nome, foi indicado seu tio, Duarte Correia Vasqueanes. Afinal, o voto do próprio Salvador de Sá, como membro do Conselho ultramarino, era o de que:

“(...) o governo do Rio de Janeiro é dos mais importantes que Vossa Majestade tem nas conquistas deste Reino por o sitio da praça e por ser cabeça da repartição do sul, pela gente ser muito belicosa, e em razão disso foi fundado este governo com grandes jurisdições e ainda separado do da Bahia por algumas vezes, mas como foram governar aquele Estado pessoas poderosas, não somente o tornaram a unir, senão lhe limitaram a jurisdição, de modo que as pessoas que convém vão àquela praça o não querem fazer pela sujeição e limitação de poderes, e hoje com grande excesso, e as que o pretendem, passando por isto mostram a necessidade que os obriga o Estado do Brasil, como Vossa Majestade sabe e ele, Salvador Correia conhece de experiência.”¹³

¹² *Idem*, especialmente capítulo 5, “Salvador Correia de Sá, o governo das ‘capitanias de baixo’ e a jornada de Angola”, pp. 275-301.

¹³ *Id. Ibidem*, pp. 289-290.

8

As incessantes discussões entre Salvador de Sá, Antônio Telles da Silva e os ministros do Conselho, assim como a decisão final de D. João IV são significativas, pois revelam, por um lado, a vasta experiência e a grande capacidade de articulação dos Correia de Sá, e por outro, a centralidade política e estratégica que a cidade do Rio de Janeiro adquiriu ao se declarar a favor da independência portuguesa e à aclamação de D. João IV. O Rio de Janeiro, controlado pela família Sá, se tornava a partir de então um pólo irradiador de vassalagem e de fidelidade ao novo rei para atingir e salvar as partes ameaçadas do império, assumindo reconhecido destaque na geopolítica imperial.